RURALIDADE: DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS*

Francisco José Lopes de Sousa Diniz**

1. INTRODUÇÃO

O termo *rural* tem significados diferentes para diferentes pessoas. Desde uma paisagem bucólica até zonas remotas, atrasadas e com tradições ancestrais, passando por lugares onde se produzem alimentos e matérias-primas para o sector secundário, tudo cabe na definição do termo *rural*. A confusão fica a dever-se a algumas das características que, tradicionalmente, definem o mundo rural, tais como: **actividade agrícola** dos seus habitantes, forte **dependência dos recursos naturais** e **extracção de matérias-primas**, características que não esgotam as especificidades do mundo rural.

O número de habitantes que se dedicam a tempo inteiro à agricultura é, em muitas zonas rurais, tão pequeno que o estatuto *rural* tem pouco a ver com as explorações agrícolas. As indústrias extractivas têm vindo a conhecer uma redução do seu contributo para o valor final da produção, encontrando-se numa fase de recessão e de perda de postos de trabalho, na tentativa de se tornarem competitivas pela via da mecanização. Por outro lado, há novas características que ajudam a definir o mundo rural tornando-se essenciais na atribuição do que se denomina por ruralidade.

A relação económica entre **espaço** e distância constitui o cerne da questão da ruralidade para **Castle** (1991). A **OCDE** (1992) refere que as definições territoriais de ruralidade esquecem a importante dimensão socioeconómica e a diversidade de qualquer território classificado como rural.

A abertura do sistema socioeconómico esbateu ou fez, mesmo, desaparecer as antigas fronteiras espaciais que definiam um território como rural, tornando a abordagem espacial do mundo rural num conceito ultrapassado. O desenvolvi-

---

** Departamento de Economia e Sociologia/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

mento espectacular dos meios de comunicação e de transporte também se faz sentir no meio rural. O novo conceito de mundo rural não se baseia mais numa óptica espacial, mas sim numa série de **redes** que permanentemente recolocam o *status* de ruralidade pelas **relações** que se estabelecem entre as populações rurais com as da sua zona, região, país ou mesmo, de uma forma mais abrangente, com o resto do mundo.

Um outro aspecto que ajuda a definir o mundo rural consiste na qualidade inferior do seu nível de vida em relação aos centros urbanos. A utilização duma dicotomia tal como **centro urbano/periferia** rural logo coloca uma outra, a da **superioridade/inferioridade**. A inferior qualidade de vida (expressa em termos dos indicadores convencionais) que caracteriza o meio rural refere-se aos serviços sanitários, educativos, prestações sociais, oportunidades económicas, parque habitacional e infra-estruturas físicas.

Por fim, o mundo rural pode, ainda, ser melhor definido através das unidades socioeconómicas e de **valores**. Esta concepção também tem vindo a perder adeptos à medida que os agentes externos vão ganhando força e alargando a sua influência ao modo de vida das comunidades rurais.

Apesar da dificuldade de conceptualização do termo *rural*, pode dizer-se que, na essência, há **três definições** que entre si apresentam fortes inter-relações:

- **definição sociocultural** que pressupõe que o comportamento e as atitudes diferem entre os habitantes de zonas de baixa densidade populacional (rurais) e as de forte densidade (urbanas), associando-se aos rurais valores tradicionais. Esta visão tem uma importante vertente antropológica;
- **definição ocupacional** baseada na predominância de actividades económicas ligadas ao sector primário (agricultura, silvicultura, caça, pesca e indústrias extractivas). Esta distinção ocupacional deixou de ser determinante face à crescente integração dos agricultores nos mercados de trabalho não agrários. A pluriactividade é, hoje em dia, um elemento a ter presente no meio rural, de tal forma que a diferenciação ocupacional entre os rurais e os urbanos pode ser enganosa;
- **definição ecológica** que considera o *rural* como zonas de pequenos aglomerados com grandes espaços de paisagem aberta entre eles. Esta concepção implica uma definição de *paisagem aberta* e de *grandes espaços*.

Porém, para instituições como a UE e a OCDE, o mundo rural constitui um conjunto de regiões ou zonas com actividades diversas (agricultura, artesanato, pequena e média indústria, comércio e serviços, entre outras), assente tanto em pequenos aglomerados, aldeias e pequenas cidades, como em espaços naturais e áreas cultivadas. Com base *neste* conceito, o mundo rural representa cerca de

80% do território comunitário e nele habitam e/ou desenvolvem a sua actividade mais de 50% da população total da UE.

2. MUTAÇÕES NOS MODELOS E NO ESPAÇO RURAL

As **mutações** porque tem passado o espaço rural e as suas estruturas económicas e sociais tornam pertinente a análise do **conteúdo conceptual** do termo rural. Por um lado, reforça-se a relação com a natureza, como mero fornecedor de recursos naturais que faz das questões ambientais e da revalorização da paisagem o núcleo do pensamento das diferenciações espaciais; por outro, esbate-se a relação com a paisagem e a actividade agrícola, ao mesmo tempo que cresce o emprego nos sectores secundário e terciário, que confirma a vocação residencial do espaço.

Há um apego a análises **dinâmicas** do espaço que se traduz na eliminação da distinção rural/urbano em benefício da noção de local (em vez de rural). Definir as consequências destes movimentos contraditórios com vista a identificar **novas divisões do espaço rural**, ou seja, novas categorias espaciais, é o que, a partir de agora, se tentará explicar, integrando questões relacionadas com a dimensão ambiental.

A evolução da ruralidade será discutida tendo em atenção a sua relação, quer com a evolução socioeconómica geral, quer com o fenómeno urbano. Esta forma de abordagem proporciona sistemas explicativos, formas conceptuais e teóricas do termo rural e da sua evolução.

Para tornar mais clara a exposição, **a noção de rural aparecerá indissolúvel da de urbano**. Analisar-se-ão o grau de especificidade ou autonomia do termo rural em relação ao urbano e o tipo de interacção (dependência, contradição, absorção) que os une, particularmente no pós-guerra.

2.1. Década de 50

Na década de 50, contradição, senão o antagonismo, entre o urbano e o rural são palavras-chave na conceptualização clássica do termo rural. Ao campo alia-se a ideia de meio natural não restrito à natureza de *per si*, mas alargada à natureza cultivada/agricultada e produtora de matérias-primas. O campo define-se pela actividade agrícola e pelos camponeses, cuja função primeira é a de valorizar os recursos naturais de que são proprietários. Este conceito opõe-se ao urbano pela simples razão de que a cidade é um meio tecnológico que escapa completamente à natureza. A sua especificidade é outorgada pela existência de actividades industriais e de serviços sendo, por isso, um meio de acumulação dos factores trabalho e capital. O urbano/citadino, em termos sociais, aparece dividido entre a burguesia e a classe operária (Friedman, 1953).

Se a oposição destas definições põe em destaque o seu carácter distinto e dicotómico, a contradição é mais evidente quando se analisa o tipo de **relação** existente entre as duas categorias. O meio rural fornece as cidades tanto de matéria-prima para a indústria e alimentos para as populações urbanas como de mão-de-obra, criando com a cidade uma relação em que a extracção, por parte desta, dos recursos naturais e humanos se faz em seu benefício. O êxodo rural é o processo espacial dominante neste modelo.

A especificidade da noção de ruralidade não põe de lado a **diversidade**, logicamente ligada às diferenças, quer do meio natural, quer da organização social da produção agrícola (sistema agrário). Nesta década, o êxodo rural era tido como algo de bom e natural para a normal evolução do processo de desenvolvimento sendo, inclusivamente, alimentado para além da população agrícola dos meios rurais por comerciantes e artesãos rurais. Tal contribuiu, ainda mais, para uma **agricolização do meio rural**.

Outros autores foram influenciados pela análise dicotómica das relações campo/cidade. Tönnies (1963) opõe radicalmente **Gemeinschaft** a **Gesellschaft**. Estes dois conceitos socioantropológicos, referentes à comunidade e à associação, cristalizam o contraste existente entre o campo e a cidade. A *Gemeinschaft* é a *comunidade* caracterizada pelo conhecimento mútuo, a imobilidade social e física e a homogeneidade cultural; enquanto que a *Gesellschaft* é uma *associação* caracterizada por relações contratuais impessoais e por um nível elevado de mobilidade social e espacial. Keyser (1962) põe em evidência o crescimento urbano como uma forma de exploração do mundo rural. Mendras (1959), ao referir as relações entre o campo e cidade, cria uma situação de compromisso ao afirmar:

Citadinos e rurais formam em certos aspectos uma sociedade única: eles participam na mesma civilização... No entanto, não existe uma solução de continuidade entre a metrópole, a grande cidade, a pequena cidade, a vila e a aldeia mas será abusivo criar um fosso entre os dois extremos. Todas as estatísticas revelam diferenças na intensidade e não contrastes.

2.2. Década de 60

A década de 60 caracterizou-se pelo milagre económico do crescimento que conheceu um ritmo significativo. Mathieu (1974) refere a **urbanização do campo**, enunciando um modelo que, antes de mais, põe fim à relação enunciada no anterior modelo, rejeitando a distinção entre rural e urbano tanto na vertente espacial como na social. A **urbanização** era considerada como um movimento **irreversível**, uma tendência tão forte que se transformava em lei do desenvolvimento espacial, nada mais restando do que assistir ao fim do mundo rural e ao estabelecimento de um **espaço contínuo urbano/rural**. A noção de rural desaparece conjuntamente com a ideia de espaço natural. A absorção cultural do meio rural, dos camponeses ou dos rurais faz-se por um processo de **assimilação e integração da cultura urbana**.

O êxodo rural é reconhecido mas justificado pela modernização homogênea do espaço como um todo. A distinção entre a cidade e o campo faz-se com base nas diferenças entre as condições de vida, as estruturas sociais e o grau de pressão do modo de vida urbano. O processo de difusão do modo de vida urbano faz com que se atenua a clivagem entre os modos de vida rural e urbano. Rambaud (1969) afirma:

Apelidar-se-á urbanização não apenas a influência que a cidade exerce sobre o campo, nem o crescimento da população das cidades pela vinda dos rurais, mas a invenção de um modo de vida em via de se tornar universal e realizar a unidade do Homem social.

Assiste-se, nesta altura, a uma diversificação das actividades produtivas rurais que deixam de ser exclusivamente agrícolas. Inicia-se um processo de industrialização do meio rural e de uma terciarização da economia rural, por via da actividade turística.

2.3. Década de 70

Na década de 70, com o surgir de actividades não-agrícolas do espaço rural, assiste-se a um reverso ideológico em relação à década precedente. As noções de campo e campesinato começam a ser valorizadas pela corrente neo-ruralista (Léger-Hervieu 1979). O espaço rural não se identifica com actividades exclusivamente agrícolas mas é, igualmente, dotado de características que o diferenciam do urbano (por exemplo, densidade demográfica, quota do trabalho assalariado, preponderância das pequenas e médias empresas, paisagem com usos múltiplos agrícolas e habitat natural). Há como que um regresso à abordagem dicotómica, um retorno à natureza e ao espaço rural harmonioso e rico em recursos naturais. O espaço rural aparece como uma resposta à concentração urbana e a sua análise faz-se pela observação das transformações económicas e sociais em consequência da diversificação das actividades.

2.4. Década de 80

A década de 80 é marcada pela tensão existente entre duas tendências: uma faz desaparecer ou atenua as diferenças entre o rural e o urbano, banalizando a especificidade do espaço rural em benefício de um conceito ubiquista de local (Mathieu, 1985); e outra, pelo contrário, reforça a distinção entre rural e urbano, reintroduzindo a noção de natureza pela via dos problemas ambientais. A crise do modelo de desenvolvimento (crise do fordismo e das relações internacionais) que se instalou neste decénio reforçou a concepção do espaço rural de forma antagónica, ignorando os que não podem ser entendidos como pólos e os que não são competitivos. São os tempos do liberalismo produtivista. Os grandes temas são o desenvolvimento local, os recursos locais e o desenvolvimento endógeno e auto-centrado. A interdisciplinaridade é uma palavra-chave que faz a ponte entre o

desenvolvimento local/rural e o ambiente. Uma nova definição da especificidade do espaço rural é caracterizada por certas fragilidades naturais em relação ao espaço urbano, sem que necessariamente tenham que ser do tipo contraditório ou de dependência.

Quadro n.º 1
EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE RURALIDADE DE 1950/1980

Períodos	Definição de rural	Rural/urbano	Tipologias
Década de 50	• Meio natural • Meio agrícola • Agricultura • Êxodo rural • Agricolização	Cidade <i>versus</i> campo Contradições	Tipos de agricultura Tipos de paisagens
Década de 60	• Rural = população agrícola • Fim da noção de natureza • Crescimento da população não agrícola	• Urbanização do campo • Absorção/integração • Rural = urbano • Transformações do espaço rural • Diferenciação	Tipos de espaços rurais com base na função e na integração urbana
Década de 70	• Campo reinventado • Neo-naturalismo • Espaço livre para o cidadão • Continuidade da tendência anterior • Abrandamento do êxodo rural • Crise de emprego	• Rural ≠ urbano • Ambiente • Crise urbana • Contradição • Anexação • Concorrência • Cobiça	Multiplicidade de tipologias (teorização)
Década de 80	• Local/rural • Ambiente • Industrialização rural • Inversão da tendência do êxodo rural	• Rural = local ≠ urbano • Urbano • Regresso à especificidade do termo rural • Interação	• Multicritério • Fragilidade • Consideração de critérios sociais

Fonte: Adapado de Mathieu, N., "La notion de rural et les rapports ville-campagne em France: Des années cinquante aux années quatre-vingts", *Économie rurale*, n.º 197, 1990.

A definição de áreas rurais e urbanas tem animado um aceso e controverso debate nos meios académicos ao longo de vários anos. A teorização, por exemplo, das relações entre o rural e o urbano, segundo Cloke *et al* (1980), tem vindo a ser

observada na forma de um modelo cíclico, o qual não conduz, necessariamente, a uma representação acurada das mutações nos modelos que, ao longo do tempo, têm vindo a ocorrer nessas mesmas relações (ver fig. n.º1).

Figura n.º 1
MODELO CÍCLICO DAS RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO

Fonte: Cloke *et al* (1980).

O gráfico descreve a oscilação na conceptualização das relações entre o rural e o urbano, analisando as duas formas de *continuum* entre dois pólos, de acordo com as ideias expressas por Bailey (1985). No entanto, será de realçar que, ao fechar-se, o ciclo poderia cair num separatismo entre o planeamento rural e urbano. Esta tendência veicula a ideia de que a gestão dos problemas das regiões rurais requer uma atenção individualizada.

Este modelo sumário traz à cena duas atitudes básicas na definição de ruralidade. Uma delas assenta na ideia que *não existe uma forma não ambígua de definir áreas rurais* (Moseley *et al*, 1977) e, por isso, um debate prolongado sobre as várias definições revelar-se-á estéril. A outra, personificada por Show (1979), refere que *a distorção entre áreas rurais e urbanas encontra as suas raízes no foro psicológico, na maioria das tentativas de subdividir uma região*.

Phillips *et al* (1984) apontam quatro razões para a manutenção de áreas rurais como unidades individualizadas de investigação: (1) a necessidade da existência de estudos rurais para contrabalançar os que se fazem sobre os meios urbanos; (2) o requisito pragmático de categorias analiticamente convenientes do rural e do urbano; (3) a necessidade de expor muitos dos mitos românticos rurais que têm sido alimentados por ciências sociais historicamente anti-urbanas; (4) a crença que as regiões rurais têm características próprias que as distinguem das urbanas.

3. AS RELAÇÕES ENTRE O RURAL E O URBANO NA CONCEPÇÃO DE TIPOLOGIAS DO MUNDO RURAL

Para uma melhor compreensão das diferentes tipologias concebidas para o mundo rural e as implicações no desenvolvimento rural, seria importante tecer algumas considerações acerca dos desequilíbrios que, na Europa dos quinze, tenderiam a agravar-se nos últimos decénios. A não ser que as **políticas regionais** se submetam a interesses de âmbito regional ou, na impossibilidade de ocorrência deste facto, as regiões sejam compensadas pelas perdas a que ficam sujeitas ao integrar-se no todo da União Europeia, os desequilíbrios agravar-se-ão.

De uma forma resumida, os fundamentos teóricos da política regional podem ser identificados por uma abordagem **neo-clássica**, **keynesiana** e do **crescimento endógeno**. Trata-se, num e noutro caso, de abordagens redistributivas.

As duas primeiras abordagens assentam na **mobilidade de factores** e foram desenvolvidas nos anos **50 e 60**. Na teoria neo-clássica há a destacar a política de infra-estruturas e a política dos incentivos ao investimento (capital), que se enquadram, tanto no modelo da economia do bem-estar e na análise custos-benefícios, como no modelo de crescimento neo-clássico. As restrições administrativas aos incentivos ao investimento, a localização de investimentos empresariais públicos, os acordos de planeamento com grandes empresas privadas, as transferências públicas e o crescimento do emprego no sector público são os instrumentos em que assenta a abordagem *keynesiana*, quer pelo modelo do desenvolvimento acumulado, quer pelo modelo das exportações, ou mesmo o dos pólos de crescimento.

O não funcionamento, na prática, da difusão do desenvolvimento baseado no modelo *keynesiano* conduziu a uma abordagem do crescimento endógeno na **década de 70**, tendo como base o custo de produção e discutindo temas centrados:

- na descentralização administrativa;
- na autonomia regional;
- no planeamento da cooperação entre o sector público e o privado;
- no delineamento de políticas a nível regional e sub-regional;
- nos incentivos à reestruturação industrial;

- nos incentivos fiscais à criação de emprego;
- no estudo do desemprego;
- e nas políticas de criação de emprego e de pequenas empresas.

Os vários modelos apresentados diziam respeito ao desenvolvimento autónomo em termos da divisão funcional e intra-regional, quer do trabalho quer das compensações, e da capacidade do sistema empresarial local.

O crescimento endógeno nos **anos 80** evoluiu no sentido de uma abordagem em que o binómio **inovação-difusão** passa a ser a palavra-chave. Os diferentes modelos (incubação, ciclo produtivo, localização de serviços, **contra-urbanização**, **absorção cultural**) preocuparam-se com os seguintes aspectos:

- serviço de apoio empresarial de investigação e de desenvolvimento (I/D);
- incentivos ao desenvolvimento das exportações;
- formação profissional e de gestão;
- mobilidade sectorial do factor trabalho;
- políticas ambientais;
- infra-estruturas tecnológicas;
- políticas de sistemas metropolitanos;
- capital especulativo;
- e recursos endógenos locais e regionais.

Face a este enquadramento da evolução dos fundamentos teóricos da política regional, nomeadamente, por um lado, as abordagens *keynesianas* e, por outro, do crescimento endógeno, que – como já se disse – não são mais do que **abordagens redistributivas**, a consideração do desenvolvimento regional na Europa pode ser ainda vista segundo um outro prisma que se designará por abordagem de **compensação**.

Numa abordagem redistributiva, o objectivo da política regional, tal como o da política social, consiste na obtenção de uma distribuição mais equitativa do rendimento e do bem-estar nas diferentes regiões. No entanto, enquanto as políticas sociais se dirigem para grupos ou indivíduos de uma população desfavorecida, a política regional pretende beneficiar a totalidade da população de regiões desfavorecidas, que detêm um nível de vida muito abaixo da média nacional ou mesmo supra-nacional. Para além disso, as políticas sociais visam a distribuição de serviços públicos, as transferências de rendimentos no seio da população, constituindo o principal objectivo das políticas regionais a re-afecção da produção para redistribuir oportunidades de emprego entre as diferentes regiões.

Nesta abordagem, uma vez que o nível e taxa de crescimento do rendimento nacional é, duma maneira geral, considerado como um dado exógeno, o único objectivo centra-se à volta da tarefa de mudar a forma como o rendimento se dis-

tribui, privilegiando as regiões menos prósperas. O problema torna-se mais complexo quando, do lado da **oferta**, o nível do rendimento agregado se encontra ligado à localização e concentração da produção. Do lado da **procura**, a política regional implica, normalmente, um aumento da despesa pública, o que pode colidir com o objectivo nacional de diminuição do *deficit* público, de uma diminuição da taxa de inflação ou mesmo de um desagravamento do *deficit* da balança de pagamentos. Há um conflito entre a equidade distributiva e a eficiência pretendida ao nível dos agregados macro-económicos.

Numa abordagem da política regional pela via do crescimento endógeno, os seus objectivos são:

- o pleno emprego dos recursos locais e o aumento da sua produtividade; a retenção do valor acrescentado no local;
- a preservação e a valorização dos valores da cultura e dos costumes locais. Os recursos locais vão desde:
  - a força de trabalho;
  - o *know-how* local;
  - à especialização sectorial local;
  - à estrutura social local;
  - ao ambiente local e urbano, entre outros.

A política regional consistirá na relação da mais eficiente afectação destes recursos a diferentes sectores produtivos e na promoção do progresso tecnológico, aumentando a **competitividade** da produção regional. O que está em causa não são certos indicadores do nível de vida, mas sim o desequilíbrio no uso dos recursos locais nas várias regiões. Nesta linha de pensamento, as diferenças regionais, na taxa de desemprego e na produtividade dos recursos locais, podem ser explicadas através da inflexibilidade dos preços que não deixam funcionar o mercado e da imobilidade inter-regional de recursos, traduzida na ineficiência e na perda de potencialidades locais de desenvolvimento.

A eficácia de uma política regional depende mais da capacidade para maximizar a produção local, pelo aumento do emprego e da produtividade, do que do nivelamento das disparidades de níveis de vida. Enquanto que a abordagem redistributiva assenta num procedimento **top-down** (de cima para baixo), para o cálculo do produto bruto a custo regional de factores, o crescimento-endógeno implica uma postura **bottom-up** (de baixo para cima), na análise do produto nacional visto como uma soma de produtos regionais. Esta última abordagem tem por base um fundamento económico mais rigoroso, associando-se mais às características de uma unidade económica. Ao aderir a um qualquer tipo de união, quer económica quer política, todos os países e regiões vêm a sua autonomia, em termos de política económica, transferida para instituições supra-

nacionais. Este facto será de algum modo compensado pelo apoio que estas instituições supranacionais possam vir a dar a regiões ou países menos desenvolvidos.

A abordagem por via da **compensação**, ao contrário da redistributiva, parte do pressuposto que a política regional das instituições Europeias pode mobilizar recursos que compensem, de algum modo, os custos de oportunidade oriundos da entrada para uma união económica e política. Por outras palavras, países, regiões ou localidades devem ser compensados através de medidas específicas para obviar ao acréscimo de custos que as novas políticas definidas pela adesão a essa união lhes tenham, eventualmente, causado ou possam vir a causar.

Esta compensação torna-se, assim, difícil de realizar e o principal problema está na forma de se desembaraçar dos efeitos de medidas avulsas e simultâneas da política económica e separá-los de outros choques económicos exógenos. Enquanto que na redistribuição os recursos a afectar a políticas regionais podem ser decididos pelas disparidades verificadas no nível de vida, na compensação outras variáveis entram no processo de decisão, ficando elas mesmo sujeitas a diferentes hipóteses de intervenção.

Se tivermos em mente o facto que os desequilíbrios verificados no seio da União Europeia se fazem sentir, em primeiro lugar, nos diferentes estados de desenvolvimento dos vários países que a integram e, em segundo lugar ao nível interno de cada um deles, constatamos que esses desequilíbrios assentam na dicotomia do desenvolvimento urbano crescente e no desacelerar do desenvolvimento rural.

De acordo com uma publicação do **World Bank** (1991), a percentagem de população rural em 1989 variava entre os 3% da **Bélgica** e os 67% de **Portugal**, tendo somente em linha de conta os 15 países membros da União Europeia (ver Quadro n.º 2).

Quadro n.º 2
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NA UNIÃO EUROPEIA

	População (em milhões)			Pop. Rural (% da pop. total)			Pop. Act. Agric. (%)		
	70	80	89	70	80	89	70	80	89
Áustria	7,426	7,554	7,598	48	45	43	15	9	7
Bélgica	9,638	9,847	9,886	6	5	3	5	3	3
Dinamarca	4,929	4,780	4,974	20	16	14	17	7	5
Espanha	33,779	37,386	39,161	34	27	22	26	17	10
Finlândia	4,606	4,780	4,974	50	40	40	20	12	9
França	50,772	53,880	56,119	29	27	26	14	9	6
Grécia	8,793	9,643	10,039	48	42	38	42	31	22
Irlanda	2,950	3,401	3,537	48	45	41	26	19	14
Itália	58,822	56,434	57,537	36	34	32	19	2	8
Luxemburgo	0,340	0,365	0,379	32	22	16	8	5	3
Países-Baixos	13,039	14,150	14,828	14	12	12	7	6	4
Portugal	9,044	9,766	10,333	74	71	67	32	26	12
Reino Unido	55,632	56,330	57,270	12	9	8	3	3	2
RFA	60,651	61,566	61,337	19	16	14	7	6	4
Suécia	8,043	8,310	8,485	19	17	16	8	6	3
Total	323,464	338,535	346,615	27	24	22	16	11	7

Fonte: World Bank (1991).

Do quadro acima consta também a evolução da população activa na agricultura. Será de realçar a circunstância de que a população agrícola tem vindo a diminuir, representando o seu peso em relação à população activa total, em 1992, menos de metade do que em 1970. Desta situação pode concluir-se que **a população rural cada vez tem a ver menos com a agricultura**, o que se traduz, segundo alguns autores, no fenómeno da **urbanização do mundo rural**.

Como mais adiante se analisará, o conceito de ruralidade é muito mais complexo do que a dicotomia rural/urbano explicita, uma vez que não se esgota pela observação de **índices meramente quantitativos**.

De acordo com a mesma publicação, no quadro n.º 3 apresentam-se algumas definições nacionais utilizadas para classificar um aglomerado populacional como rural. Por exemplo, esta classificação, elaborada com base num só critério

– **dimensão da população** –, encerra dentro de si própria a sua grande limitação. A simplicidade do critério não significa que haja **uniformidade** quanto à dimensão da população, que vai desde os **200** habitantes em todos os países nórdicos até aos **10 000** habitantes no caso de Portugal (Diniz: 1995).

Quadro n.º 3
ALGUNS EXEMPLOS DE CRITÉRIOS NACIONAIS
PARA CLASSIFICAR ZONAS RURAIS

Áustria:	Aglomerados populacionais com menos de 1 000 habitantes, excluindo certas áreas (excepto complexos turísticos)
Dinamarca:	Comunidades (Gemeinden) de menos de 5 000 habitantes
Escócia:	Aglomeramentos com menos de 1 000 habitantes
Espanha:	Municípios com menos de 2 000 habitantes
França:	Comunidades que englobam uma aglomeração de menos de 2 000 habitantes que vivem em casas contínuas ou afastadas em não menos de 200 m entre elas
Grécia:	População de municípios com menos de 2 000 habitantes
Luxemburgo:	Aglomerados populacionais com menos de 2 000 habitantes
Países-Baixos:	Municípios com menos de 2 000 habitantes e com mais de 20% da sua população activa ocupada na agricultura, excluindo municípios residenciais especiais
Portugal:	Aglomeramentos com menos de 10 000 habitantes

Fonte: United Nations Demographic Yearbooks.

A característica comum existente nesta classificação simplista de regiões/ áreas rurais reside na exiguidade da população que nelas habita. Os Países-Baixos dão ainda especial atenção ao tipo de actividade económica em que se ocupa a população, dando relevo ao papel do sector agrícola na definição de ruralidade; e a França inclui uma dimensão espacial.

Holmes (1977) define rural como *terras sem gente, encerrando um ambiente inhóspito para além do ecuménico, às quais se encontram aliados rendimentos agrícolas baixos e densidades não superiores a 4 habitantes/Km²*. O mesmo autor, em 1981, apresenta uma lista de nove características do mundo rural:

- difícil **acessibilidade**, que condiciona a actividade económica e repele a fixação de populações;
- a actividade económica centrada na **exploração dos recursos naturais** que podem potenciar altos rendimentos, mas têm efeitos multiplicadores escassos na economia local;

- a **inospitabilidade** do ambiente, que inibe as populações de participarem nas experiências de outras zonas rurais;
- a satisfação das necessidades básicas que se torna difícil e onerosa e requer **intervenção** governamental;
- os **poderes públicos**, influenciam de forma decisiva a oferta e manutenção dos serviços, sendo eles próprios, em muitos casos, detentores de maior parte da terra;
- a **mobilidade** das populações e a sua **composição sectorial desequilibrada** que mantém a actividade económica em níveis baixos;
- a perda de **identidade cultural** e a assimilação de valores que não são os seus, o que inviabiliza a estabilidade do tecido económico e social;
- a **distância** aos centros metropolitanos que conduz à marginalização de importantes aspectos da vida social e cultural; e
- a adopção dos **avanços tecnológicos** não acompanhado, na maioria dos casos, pela quebra das amarras do isolamento.

Wibberley (1972) define rural como *aquelas partes do país que apresentam sinais inequívocos de ser dominante a utilização do recurso terra, quer no presente quer no passado próximo*; enquanto que Rogers (1973) refere que *num contexto de uso do solo, as zonas rurais compreendem áreas agrícolas e florestais, assim como as de pousio ou as não cultivadas que se mantêm no seu estado natural*.

Estas definições apelam à forma de utilização do solo para reconhecer a característica de ruralidade. Ao ser introduzido o elemento **humano**, os problemas de definição da ruralidade são acrescidos de forma significativa. Paralelamente, surgem definições demográficas, ocupacionais, ecológicas e socioculturais que tentam, de uma forma ou de outra, ultrapassar esta dificuldade (Hoggard; Bul-ler: 1987).

As definições **socioculturais** têm em comum o facto de distinguirem os comportamentos, as atitudes de pequenos e grandes aglomerados populacionais, pondo em oposição o rural e o urbano. Ao elevado grau de interacção das entidades de comunidades rurais na sua vida quotidiana pela partilha de valores comuns, tornando-os harmoniosos e consensuais, contrapõe-se a diferenciação baseada na classe e estatuto social, que conduz ao conflito das comunidades urbanas.

Palmer *et al* (1977), ao trabalhar a conceptualização do *rural*, demonstrou que as suas imagens se estruturam numa série de dimensões que vão desde a acessibilidade até à actividade, passando pelo tipo de povoamento, pelas facilidades de fixação, pela paisagem, pela avaliação (repousante *versus* perturbadora), pela emoção e pela reflexão.

Nas definições *socioculturais*, o objecto da investigação centra-se na ocupação dos habitantes rurais. Este pressuposto é assumido, nas definições *ocupacionais*, de forma ainda mais marcada. O predomínio da agricultura e da floresta constitui o elemento chave destas definições. Está-se perante a corrente de pensamento que, normalmente, se designou por *agriculturarismos* apresentada por Glen (1977), Bell e Newby (1974), Buttel (1982), Coughenour; Christenson (1983) e Newby (1980), entre outros. No entanto, uma definição *ocupacional* baseada em exclusivo no sector primário ignora a importância de sectores como a indústria agro-alimentar, o artesanato e a produção de energia, excluindo-se, de igual modo, as funções de *marketing* do sector de serviços que têm, igualmente, o seu papel nas zonas rurais.

O processo de **urbanização** a que se encontra sujeito o mundo rural nos séculos XIX e XX tem merecido a atenção dos investigadores. Johnston (1983) admite três formas diferentes do processo de urbanização:

- um fenómeno **demográfico**, pelo qual uma parte crescente da população se concentra em áreas urbanas. Esta concentração dá-se, quer pelo êxodo rural para as cidades, quer por diferenciais na taxa de fertilidade e mortalidade entre o mundo urbano e rural. A Figura n.º 3, ilustra bem este estado de coisas desde 1970;
- um fenómeno **económico e social**, inerente ao processo de industrialização das economias capitalistas. As áreas urbanas são vistas como entrepostos comerciais e potencializadores de uma concentração da produção, da distribuição e do processo de comercialização;
- um fenómeno de **comportamento**, em que as áreas urbanas actuam como centros de mudança social.

Maher (1982) identifica como factores-chave de influência das áreas urbanas os avanços tecnológicos, a mudança demográfica, os factores comportamentais, o papel das políticas públicas e a mudança de relações entre estas influências e as estruturas sociais e económicas.

A vulgarização de um contínuo urbano-rural não pode ser visto como um fenómeno unidimensional, mas sim dependente de variáveis sociológicas, demográficas, culturais, políticas e económicas. Burie (1967) definiu esta complexidade numa abordagem tridimensional que envolve as **vertentes física, cultural e social** (Fig. n.º 2).

Figura n.º 2
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE UM LUGAR IMAGINÁRIO P
REPRESENTADO POR UM ESPAÇO TRIDIMENSIONAL, NO TEMPO:
P PODE EVOLUIR PARA QUALQUER DOS PONTOS P₁, P₂ e P₃

Fonte: Burie (1967).

Estes três aspectos do processo podem ser sequenciais e, a longo prazo, coincidentes no tempo. Frankenberg (1966), em vez de abordar a continuidade urbano/rural de forma multidimensional, optou por uma via mais directa, explorando e interpretando a natureza e a evolução de um determinado sistema social (ver quadro n.º 4).

Um outro aspecto da dicotomia rural/urbano prende-se com o fenómeno da **migração das populações rurais para as áreas urbanas**. A este fenómeno não será de todo estranha a perda de activos na agricultura (ver Quadro n.º 2).

Quadro n.º 4
CARACTERÍSTICAS DAS SOCIEDADES URBANAS E RURAIS

Rurais	Urbanas (menos rurais)
• Comunidade = Gemeinschaft • Campos sociais restritos • Multiplicidade de papéis (multiplicidade de papéis para o mesmo indivíduo) • Economia simples • Fraca divisão de trabalho (uniformização) • Status atribuído - total = individualidade integral - educação de acordo com a posição social • Protagonismo por vocação • Ligações em rede fechadas • Local • Classe económica é só numa forma de divisão social • Conjunção • Integração	• Associação = Gesellschaft • Campos sociais alargados • Sobreposição de papéis (diferentes papéis para diferentes indivíduos) • Economia diversificada • Extrema diversificação/especialização (diversidade/complementaridade) • Status adquirido - parcial = individualidade condicionada - posição social de acordo com a educação • Protagonismo por compromisso • Ligações em rede abertas • Cosmopolita • Classe económica é a divisão social • Segregação • Alienação

Fonte: Frankenberg (1966).

A **perda de população** conduz ao **ciclo vicioso** do declínio que foi apresentado por GILG (1983) e que consta da Fig. n.º 3.

Figura n.º 3
A NATUREZA DO CICLO DO DECLÍNIO RURAL

Fonte: Gilg (1983: 95)

Em alguns países desenvolvidos, desde a década de 70, observa-se um fenómeno **migratório inverso** que se traduz, não só pelo aumento das aldeias dormitórias, mas também pelo das áreas rurais remotas. Este fenómeno é conhecido por contra-urbanização (*counter-urbanization*). Os aspectos negativos da vida urbana, coadjuvados com uma série de outros factores, contribuíram para esta vaga de contra-urbanização nas últimas duas décadas.

A hierarquização de centros urbanos não é do tipo linear. Se tivermos como pano de fundo a análise temporal para caracterizar o processo de urbanização, o declínio das populações rurais aparece como sendo a outra face da moeda. Assim sendo, a chamada urbanização dos meios rurais poderá ser vista como um processo com três componentes essenciais que encerram tanto os aspectos temporais como espaciais.

A **insustentabilidade** da função produtivista atribuída à agricultura, principal actividade desenvolvida no mundo rural, aliada ao aparecimento de **novos agentes** (actores) que entram, na maior parte das vezes, em conflito com os agentes (actores) envolvidos em actividades tradicionais, tanto industriais como agrárias, tem constituído a mola impulsora do emergir de **novas funções** a atribuir ao mundo rural.

As áreas rurais têm uma história económica que assenta numa estrutura baseada no uso do factor terra por actividades agrícolas e florestais e na utilização de especificidades da mão-de-obra rural, com aptidões para determinadas actividades industriais. A regressão verificada na actividade agrícola e a crescente procura de bens rurais para fins ambientais e de lazer têm vindo a constituir factores de

mudança na forma como estes espaços operam economicamente (CAVALHÉS *et al.*: 1994).

As vantagens comparativas das áreas rurais são normalmente analisadas tendo como ponto de partida, por um lado, a abundância do factor terra (usada para fins agrícolas) e, por outro, as características de uma mão-de-obra orientada para indústrias de mão-de-obra intensiva, isto é, com um tipo de organização baseada no *fordismo*.

O paradoxo da ruralidade residiria na sua definição pela negativa, isto é, só pode manter-se rural uma região que conhece o declínio ou a estagnação. Na opinião da mesma autora, se uma região conhece um processo de diversificação das suas actividades económicas, mesmo que mantenha o peso estrutural do sector agrícola, torna-se difícil, se não impossível, defini-las através da sua oposição face às regiões urbanas. Em alternativa à análise da tipologia espacial que, de uma maneira geral, tem sido adoptada, contrapõe-se uma abordagem local/regional cujo fim consiste na **identificação de entidades territoriais pela via das funções que desempenham e do tipo de mudanças que ocorrem no seu seio**.

Há algo de diferente, do ponto de vista teórico, nesta abordagem da economia local que a torna distinta do seu uso **funcional**. As relações entre as economias locais não têm que ser necessariamente concebidas na base da **interdependência desigual**. Numa perspectiva de globalização, na competição entre as economias locais, há outros tipos de relacionamento entre este tipo de economias com base em diferentes formas de **integração**, que são normalmente referidas como condições **mutuamente vantajosas**, contribuindo o seu aparecimento para a existência de uma **estrutura de relações e laços não-hierárquicos**. De acordo com a abordagem **funcionalista**, as diferenças espaciais têm por base o desequilíbrio, enquanto na economia local as possibilidades têm um leque mais vasto.

As regiões rurais têm, nos últimos tempos, conhecido um período de mudanças fundamentais, particularmente no que diz respeito à **população** e ao **emprego**, para não referir as implicações económicos e sociais das mesmas. As mudanças ocorridas na população e no emprego podem até contrariar a histórica tendência para o seu declínio, sem que concomitantemente se verifique um retorno à situação anteriormente existente. O longo e persistente processo de declínio agrícola continua. Os seus efeitos, sentidos ao nível da **perda de população**, têm sido contrariados por um movimento de **retorno** que em termos económicos não significa que se volte a uma ruralidade tal como aqui era concebida anteriormente, isto é, baseada na actividade agrícola. A actividade económica nas áreas rurais tem **ligações** cada vez mais estreitas com a economia **nacional e internacional**.

Da **análise sectorial** passou-se a uma **abordagem integrada**, o que levantou novas questões à problemática do desenvolvimento rural e da política rural. A análise das **mudanças** do mundo rural coloca uma série de problemas pelo leque variado de características que as áreas não-metropolitanas apresentam que,

por definição, são **localidades com uma população escassa, sediadas em povoações pequenas cujos limites se situam bem longe do seu centro**. A economia destas localidades caracteriza-se por ser muito aberta, se tivermos em atenção o intenso comércio que existe entre elas. A **interdependência** é, por conseguinte, uma palavra-chave.

As mudanças no nível e natureza da actividade económica numa dada região representam o resultado de um número determinado de processos. Os impactos numa certa região dependem das condições locais associadas aos recursos naturais e à evolução histórica que condicionam a capacidade de intervenção das forças regionais, nacionais e até internacionais. Estas mudanças abarcam um certo número de elementos.

Em primeiro lugar, há a referir as mudanças no sector **primário**, por serem aquelas que têm uma importância maior. O processo de desenvolvimento económico está associado ao declínio do papel empregador do sector agrícola. No último século, para além deste facto, há a realçar que o processo de mudanças tem sido acompanhado por um abandono das regiões rurais, devido ao fenómeno migratório para os centros urbanos. Contudo, o significado do declínio do sector primário tem vindo a perder importância face a outras influências.

Em segundo lugar ocorrem mudanças na actividade económica ao nível do sector **não-primário**, sobretudo o que produz para colocar **fora** da região. Estas mudanças são o resultado da **produtividade** das empresas existentes, da entrada de capital na região e do aparecimento de novas empresas.

Por último, poder-se-ão verificar mudanças no sector de **serviços**, com origem em alterações na procura de serviços provocados, por exemplo, pela alteração da dimensão e composição da população. O processo de crescimento económico, associado ao desenvolvimento de actividades não-agrícolas fora dos grandes centros urbanos, tem influenciado, de forma significativa, as regiões rurais. Este processo pode ser identificado como sendo da **contra-urbanização**, que se encontra associado à ênfase dada à **diversificação e pluriactividade** no sector agrícola. As forças que motivam o desenvolvimento derivam de mudanças que ocorrem tanto na economia nacional/urbana como no próprio seio da economia rural. Elas encerram desde hipóteses vocacionadas para o **emprego** até às da **população**.

4. CONCLUSÕES

Em resumo, a definição do contexto rural é um problema recorrente que tem vindo a atribular a vida dos investigadores que se preocupam com este tipo de questões. O conceito de ruralidade é intuitivamente compreendido em termos de imagens e temas que vêm a significar um leque abrangente de coisas para as mais variadas pessoas. **A concepção da ruralidade engloba desde definições estatís-**

ticas, baseadas em unidades territoriais, até noções utópicas de formas de viver agrárias.

As definições territoriais são problemáticas porque omitem a dimensão socio-económica e não têm em devida conta a sua tremenda diversidade. Os agregados nacionais **quantitativos**, baseados em distorções grosseiras e arbitrárias entre o rural e urbano, têm revelado a sua insuficiência para explicar a **dinâmica** (quer “positiva” quer “negativa”) das economias locais. O uso de instrumentos analíticos e estatísticos mais qualitativos, num contexto **local**, tem-se revelado muito mais apropriado, uma vez que as áreas rurais são **plurais**, incluindo pequenas cidades, pequenos aglomerados populacionais, zonas de industrialização rural, e zonas remotas e selvagens. Todo este **mundo plural** não pode ser visto como a antítese das comunidades urbanas, uma vez que as suas funções económicas e sociais se tornam, cada vez mais, **interrelacionadas**. O mundo rural deve ser olhado numa perspectiva das suas interrelações com as outras comunidades, com carácter dinâmico e de constante mudança.

As tipologias de áreas rurais e a conceptualização de ruralidade, por conseguinte, correm o risco de gravitarem em torno de duas posições extremas e insustentáveis: **demasiado abrangentes** e vagas, e por isso, inoperantes; ou, em alternativa, **demasiado restritivas**, simplistas e assentes em pressupostos apriorísticos da vida rural. Seria apropriado pensar num contínuo rural/urbano, no qual as comunidades rurais se identificam pela sua capacidade de associação. Esta característica associativa pode ser encarada como uma coincidência de vários factores:

- dimensão da população e densidade populacional;
- afastamento em relação a outros centros populacionais, tanto geográfico como dos centros de tomada de decisão;
- o nível de desequilíbrio sectorial em termos de actividades económicas;
- o grau de identidade local e a segmentação da comunidade e do mercado do trabalho;
- a capacidade de inovação;
- o acesso a serviços e o custo, por habitante, da manutenção de infra-estruturas públicas.

NOTAS

* Apresentado no Congreso Interdisciplinar – “Valladolid Hoy y Mañana: Presente y Futuro”, integrado nas comemorações do IV Centenario da Ciudad de Valladolid.

BIBLIOGRAFIA

- BELL, C; NEWBY, H. (1974), "Capitalist Farmers in the British Class Structure", *Sociologia Ruralis*, n.º 14, pp. 86-107.
- BONTRON, J. C.; CABANIS, S. *et al* (1993), *Essai de typologie socio-economique des cantons français*, Paris, SEGESA-DATAR.
- BRYDEN, J. (1994) "Prospects for rural areas in an enlarged Europe". *Journal of Rural Studies*, vol. 10, n.º 4. pp. 387-394.
- BULLER, H.; WRIGHT, S. (1990), *Rural Development: Problems and Practices*, Aldershot, Avebury.
- BURIE, J. B. (1967), "Prolegomena to a Theoretical Model of Inter community Variation", *Sociologia Ruralis*, n.º 7, pp. 347-64.
- BUTTEL, F. H. L. (1982), "The Political Economy of Agriculture in Advanced Industrial Societies", *Current Perspectives in Social Theory*, n.º 3, pp. 27-55.
- CASTLE, E. N. (1991), *The Benefits of Space and the Cost of Distance in the Future Rural America*, São Francisco, Rural Studies Series.
- CAVAILHÉS, J. *et al* (1994), "Change in the French Countryside: Some Analytical Propositions", *European Agricultural Economics*, n.º 21, pp. 429-449, Berlim, Walter de Gruyter.
- CAWLEY, M. E. (1994), "Desertification: Measure Population Decline in Rural Ireland", *Journal of Rural Studies*, vol. 10, n.º 4, pp. 395-407.
- CLOKE, P. J. (1977), "An index of rurality for England and Wales", *Regional Studies* 11, Cambridge University Press, pp. 31-46.
- CLOKE, P. J.; EDWARDS, G. (1986), "Rurality in England and Wales 1981: A replication of the 1971 index", *Regional Studies*, 20: 4, Cambridge University Press, pp. 289-306.
- COFFEY, W. J.; POLESE, M. (1984), "The concept of local development: A stages model of endogenous regional growth", *Papers of the Regional Science Association*, vol. 55.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1988), *O Futuro do Mundo Rural*, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento PSTA/PO/1007, Bruxelas.
- COMMISSION DES COMMUNAUTÉS EUROPÉENNES (1993), *Notre Avenir Agricole*, CECA, Bruxelas.
- COUGHENOUR, C. M.; CHRISTENSON, J. A. (1983), "Farm Structure, Social Class and Farmers' Policy Perspectives", pp. 67-86 in Brewster, D. E. *et al* (eds) *Farms in Transition*, Ames, Iowa State University Press.
- CRAIG, J. (s/d), "Local authority urban-rural indicators compared", *Population Trends*, HMSO.
- CRAIG, J. (1985), "Better measures of population density", *Population Trends*, n.º 39, HMSO.
- CRAIG, J. (1986), "The most densely populated areas of England and Wales", *Population Trends*, n.º 45, HMSO.
- CRAIG, J. (1987), "An urban-rural categorisation for wards, and local authorities", *Population Trends*, n.º 47, HMSO, pp. 6-11.
- CRAIG, J.; WEBBER, R. (s/d), "Which local authorities are alike", *Population Trends*, n.º , HMSO.
- DINEEN, D. (1988), *Local Innovation and Technological Development Strategies to Generate Employment Growth*, Report for LEDA Programme, LRDP Consultants, London.
- DINIZ, F. (1995), "O efeito da ponderação da dimensão da população e da superfície territorial na medida da densidade populacional". Actas do Seminário *Investigação Inovação e Desenvolvimento Trans-fronteiriço III*, Janeiro, Covilhã.

- ERRINGTON, A. (1994), "The peri-urban fringe: Europe's forgotten rural areas", *Journal of Rural Studies*, vol. 10, n.º 4, pp. 367-375.
- EUROSTAT (1994), *Estatísticas de Base da Comunidade de Comparação com os Principais Parceiros da Comunidade*, 31.ª edição, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- FRANKENBERG, R. (1966), *Communities in Britain*, Harmondsworth, Penguin.
- FRIEDMAN, G. (1953), "Villes et Campagne", *Deuxième Semaine Sociologique*, Paris, A Colin.
- GILG, A. W. (1983), "Population and Employment", pp. 74-105 in Pacione, M.; Gilg, A. W. (ed) *Progress in Rural Geography*, Beckenham, Croom Helm.
- GLEN, N. D.; HILL, L. (1977), "Rural-Urban Differences in Attitudes and Behaviour in the United States", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, n.º 429, pp. 36-50.
- HALL, P. (1986), "The New Zealand Urban System: Deurbanization at the Southern Periphery of the Urban World", *New Zealand Geographer*, n.º 42, pp. 65-69.
- HIGGINS, B.; SAVOIE, D. J. (1988), *Regional Economic Development – Essays in Honour of François Perroux*, Boston, Unwin Hyman Ltd..
- HODGE, I. (1986), "The scope and context of rural development", *European Review of Agricultural Economics*, vol. 13, pp. 271-82.
- HODGE, I.; MONK, S. (1991), "In search of a rural economy: Patterns and differentiation in non-metropolitan England", *Land Economy Monograph*, 20, Department of Land Economy, University of Cambridge.
- HODGE, I.; MONK, S. (1991), "Targeting rural areas for special assistance", *Land Economy Discussion Paper*, 27, Department of Land Economy, University of Cambridge.
- HOGGART, K.; BULLER, H. (1987), *Rural Development: A Geographical Perspective*, London, Croom Helm.
- HOGGART, K.; BULLER, H. (1987), *Rural Development: A Geographical Perspective*, Beckenham, Croom Helm.
- HOLMES, J. H. (1977), "Population". Pp. 331-313 in Jeans, D. N. (ed.), *Australia: A geography* Sydney, University Press, Sydney.
- HOLMES, J. H. (1981), *Settlement Systems in Sparsely Populated Regions: The United States and Australia*, New York, Pergamon Press.
- HOUEE, P. (1989), *Les Politiques de développement Rural – Des Années de Croissance au Temps d'incertitude*, Paris, Economica INRA.
- JASMA, D. J. et al (1981), "Rural development: A review of conceptual and empirical studies", in Martin, L. R. (ed) *Economics of Welfare Rural Development and Natural Resources in Agriculture 1940s to 1960s Survey of Agricultural Economics Literature*, vol. 3, Minneapolis University, Minnesota Press.
- JOHNSTON, R. J. (1983), "Urbanisation". p. 363-4 in Johnston R. S. (ed), *The Dictionary of Human Geography*. 2nd ed, Oxford, Blackwell.
- KEYSER, B. (1962), "La domination urbaine", *Les Etudes Philosophiques*, n.º 2.
- KEYSER, B. (1990), *La Renaissance Rurale Sociologie des Campagne du Monde Occidental*, Paris Armand, Colin Editeur.
- LÉGER, D.; HERVIEU, B. (1979), *Le retour à la nature au fond de la forêt à l'état*, Paris, Le Seuil.
- LEVADOUX, B. (1989), "Le centre d'entreprise et d'innovation: nouvel outil communautaire de régénération économique local", *Revue d'économie régionale et urbaine*, n.º 2, p.306-329.
- LEWIS, C. J. (1979), *Rural Communities: A Social Geography*, Abbot, David and Charles Newton.

- LEWIS, C. J.; MAUND, D. J. (1976), "The Urbanisation of the Countryside: A Framework for analysis", *Geografiska Annaler*, n.º 58 B; pp. 17-27.
- LOPEZ, A. (1987), "Le monde rural face au villes", *Économie Rurale*, 178-179.
- MAHER, C. A. (1982), *Australian Cities in Transition*, Melbourne, Shillington House.
- MALASSIS, L. (1979), "Economie agricole, agro-alimentaires et rural", *Economie Rurale*, 131.
- MARSDEN, T. et al (1993), *Constructing the Countryside*, London, UCL Press.
- MATHIEU, N. (1974), "Propos critique sur l'urbanisation des campagnes", *Espaces et Société*, n.º 12.
- MATHIEU, N.; JOLLIVET, M. (1989), *Du Rural à l'environnement, la Question de la Nature Aujourd'hui*, Paris, ARF/l'Harmattan.
- MAZOYER, L. (1982), "Origines et mécanismes de reproduction des inégalités regionales de développement agricole en Europe", *Economie Rurale*, 150-151.
- MENDRA, H.; JOLLIVET, M. (1971), *Les Collectivités Rurales Française Etudes Comparative de Changement social*, Paris, Librairie Armand Colin Editor.
- MENDRAS, H. (1959), *Sociologie de la Campagne Française*, Paris, PUF col. "Que sais-je?"
- MOSHER, A. T. (1972), *Projects of Integrated Rural Development*, Nova York, Agricultural Development Council.
- MURDOCH, J.; PRATT, A. C. (1994), "Rural studies of power and the power of rural studies: a reply to philo", *Journal of Rural Studies*, vol. 10, n.º 1. pp. 83-87.
- NEWBY, A. (1980), *Green and Pleasant Land? Social Change in rural England*, Harmondsworth, Penguin.
- O'CONNOR, M. S.; KEANE, M. J. (1990), "Applying strategic planning to local economic development: The case of Connemara Gaeltacht, Ireland", *Town Planning Review*, 64, 4.
- OCDE (1988), *Formulation de la Politique Rural – Nouvelles Tendances*, Paris, OCDE.
- OCDE (1990), *Rural Development Policy*, Paris, OCDE.
- OCDE (1991), *Nouvelle Gestion des Service dans les Zones Rurales*, Paris, OCDE.
- OCDE (1993), *What Future for Our Countryside? A Rural Development Policy*, Paris, OCDE.
- OECD (1983), *Urban Statistics in OECD Countries*, Paris, OECD.
- PALMER, C. J.; ROBINSON M. E.; THOMAS, R. W. (1977), "The Countryside Image: An Investigation of Structure and Meaning", *Environment and Planning*, A: 9, pp. 739-49.
- PEARSON, L. O.; WESTHOLM, E. (1994), "Towards the New Mosaic of Rural Regions", *European Agricultural Economics*, n.º 21, pp. 409-427, Berlin, Walter de Gruyter.
- PECQUER, B.; SILVA, M. R. (1992), "A Territory and Economic Development: The example of diffuse industrialisation", in GAROFOLI, G. (1992), *Endogenous Development and Southern Europe*, Aldershot, Avebury.
- PECQUEUR, B. (1989), *Le Développement Local*, Paris, Syros/Alternatives Économiques.
- PETIT, M. (1982), "Les économistes ruraux face aux problèmes de l'agriculture et du développement régional en Europe", *Economie Rurale*, n.º 150-151.
- POUR (1984), "Le développement agricole et rural: un tournant?", *Privat*, n.º 93, Toulouse Janvier-Février.
- POUR (1984), "Les nouvelles solidarités en milieu rural", *Privat*, n.º 96, Toulouse Juillet-Août.
- POUR (1988), "1992: Territoires en question, questions de territoires" *Privat*, n.º 118, Toulouse, Sept.-Oct..
- POUR (1988), "L'Europe rurale à l'heure des choix", *Privat*, n.º 115-116, Toulouse Mars-Juin.
- RAMBAUD, P. (1969), *Société Rural et Urbanisation*, Paris, Le Seuil.

- RIBEIRO, M.; DINIZ, F. (1995), "Turismo rural enquanto alternativa de regiões desfavorecidas: Potencialidades e limites". 3.º Congresso Internacional da Associação Mediterrânea do Turismo, Abril, Estoril.
- ROBINSON, Guy M. (1990), *Conflict and Change in the Countryside*, England, John Wiley & Sons Ltd.
- SARACENO, E. (1994), "Alternative Readings of Spatial Differentiation: The Rural Versus Local Economy Approach in Italy", *European Agricultural Economics*, n.º 21, pp. 451-474, Berlin, Walter de Gruyter.
- SARACENO, E. (1994), "Recent trends in rural development and their conceptualisation", *Journal of Rural Studies*, vol. 10, n.º 4, pp. 321-330.
- SCHUMACHER, E. F. (1980), *Small is beautiful (um estudo de economia em que as pessoas também contam)*, Universidade Moderna, n.º 65, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- STERN, E. (1990), "Evaluating Programmes and Projects for Economic and Social Integration", Paper presented at a *European Seminar on Evaluation Approaches and Methods*, Associação in LOCO, Algarve, Portugal.
- STÖHR, W. (1992), "Local initiative networks as an instrument for development of peripheral areas, in Tykkyläinen, M. *Development Issues and Strategies in the New Europe: Local, Regional and Interregional Perspectives*, Aldershot, Avebury.
- STÖHR, W. B. (1990), *Global challenge and local response*, London and New York, The United Nations University.
- TÖNNIES, F. (1963), *Community and Society*, New York, Harper and Row.
- TYKKYLÄINEN, M. (1992), *Development Issues and Strategies in the New Europe: Local, Regional and Interregional Perspectives*, Aldershot, Avebury.
- UNITED NATIONS (1990), *United Nations Demographic Yearbooks*.
- VÁZQUEZ-BARQUERO, A. (1992), "Local development and flexible accumulation: Learning from history and policy", in GAROFOLI, G. (1992), *Endogenous Development and Southern Europe*, Avebury, Aldershot.
- WIBBERLY, G. P. (1972), "Conflicts in the Countryside", *Town and Country Planning*, n.º 40, pp. 259-264.
- WOODS, R. I. (1985), "Towards a General Theory of Migration", Pp. 1-5, in Van der Knapp G. A.; White, P. E. (eds) *Contemporary Studies of Migration*, International Symposia Series, Geo. Books Norwich.
- WORLD BANK (1991), *Social Indicators of Development 1990 – Data on Diskette*, Washington D. C.
- WORLD BANK (1991), *World Development Indicators 1991 – Data on Diskette*, Washington D. C.
- WORLD BANK (1991), *World Tables 1991 – Data on Diskette*, Washington D. C.